

Disciplina:..	Tributário II
Nome:	
Professor:	Sidimar Junior
Data:	/ / 2025 prova:

1

A)

O Município conveniado com a União para fiscalização de ITR notificou o produtor rural Rafael para recolher ITR referente ao exercício corrente, com base em lei federal publicada em março do mesmo ano, aumentando a base de cálculo do imposto. Rafael recolheu o valor por medo de execução fiscal, mas afirma que a cobrança é inconstitucional por violar o **princípio da anterioridade anual** (art. 150, III, “b”, CF). Na qualidade de advogado de Rafael, elabore a **peça cabível**, requerendo a devolução dos valores pagos indevidamente.

B)

A União editou medida provisória alterando as alíquotas do ITR e passou a exigir o novo valor no mesmo mês da publicação. O contribuinte Marcos, para evitar multa, efetuou o pagamento, mas depois verificou violação ao art. 150, III, “c”, da CF (**anterioridade nonagesimal**).
explique a possível tese sobre a cobrança.

2

A)

A União majorou a tabela progressiva do Imposto de Renda por meio de lei publicada no final de janeiro, determinando expressamente sua aplicação “imediata”. O trabalhador João teve sua folha de pagamento descontada já em fevereiro. Como advogado de João, redija a **petição inicial de ação de repetição do indébito**, alegando violação à **anterioridade anual**.

B)

A Receita Federal passou a exigir IR sobre determinadas verbas indenizatórias devido a nova lei publicada com menos de 90 dias, alterando o conceito de renda tributável. A empresa empregadora de Ana efetuou o desconto e repassou à União.
Na condição de advogada de Ana, a tese de possível peça.

3

A)

Uma indústria de bebidas recolheu IPI calculado com base em nova tabela de alíquotas publicada em lei no mesmo exercício financeiro, com vigência imediata. Após auditoria interna, verificou que pagou imposto em desacordo com o art. 150, III, “b”, CF.

Como advogado da indústria, elabore a **peça cabível**.

B)

O Ministério da Economia reduziu e aumentou alíquotas do IPI por decreto, aplicando os novos valores imediatamente, sem respeitar a **anterioridade nonagesimal**, embora o imposto seja sujeito à **seletividade**. A empresa Alfa recolheu o tributo e quer a restituição.

explique a tese para possível peça.

4

A)

O Banco Nacional passou a recolher IOF sobre operações de crédito rural antes isentas, por força de portaria ministerial que revogou unilateralmente a isenção. O produtor Bruno arcou com o valor recolhido indevidamente.

peça com fundamentação cabível .

B)

A Presidência da República editou decreto criando nova hipótese de incidência do IOF para operações de transferência entre contas de mesma titularidade, fato não previsto em lei. Bancos recolheram IOF e repassaram aos clientes.

Como advogado do contribuinte lesado, explique a **peça com fundamentação cabível** (art. 150, I, CF).

5

A)

A Receita Federal, por meio de norma infralegal, redefiniu unilateralmente critérios de cálculo do Valor da Terra Nua (VTN), e alíquota, aumentando artificialmente o ITR devido no exercício. A produtora rural Lígia pagou o valor exigido, mas quer restituição.

Elabore a **cabível com fundamentação**.

B)

Uma instrução normativa majorou a alíquota do ITR para propriedades acima de determinado tamanho. O contribuinte, temendo autuação, pagou o tributo, mas sustenta que somente **lei** pode instituir ou majorar tributo.

explique possível tese com fundamentação para esse caso.